

Boletim da Macrogestão Governamental

Junho/2021 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Publicado em 23/07/2021

Apresentação

Com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



sumário

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Panorama econômico

Institucional

Identidade organizacional

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Receita em **destaque**

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação no **ensino**

Aplicação na **saúde**

Resultado primário e nominal

Gestão **previdenciária**

Resultado previdenciário

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

Junho/2021

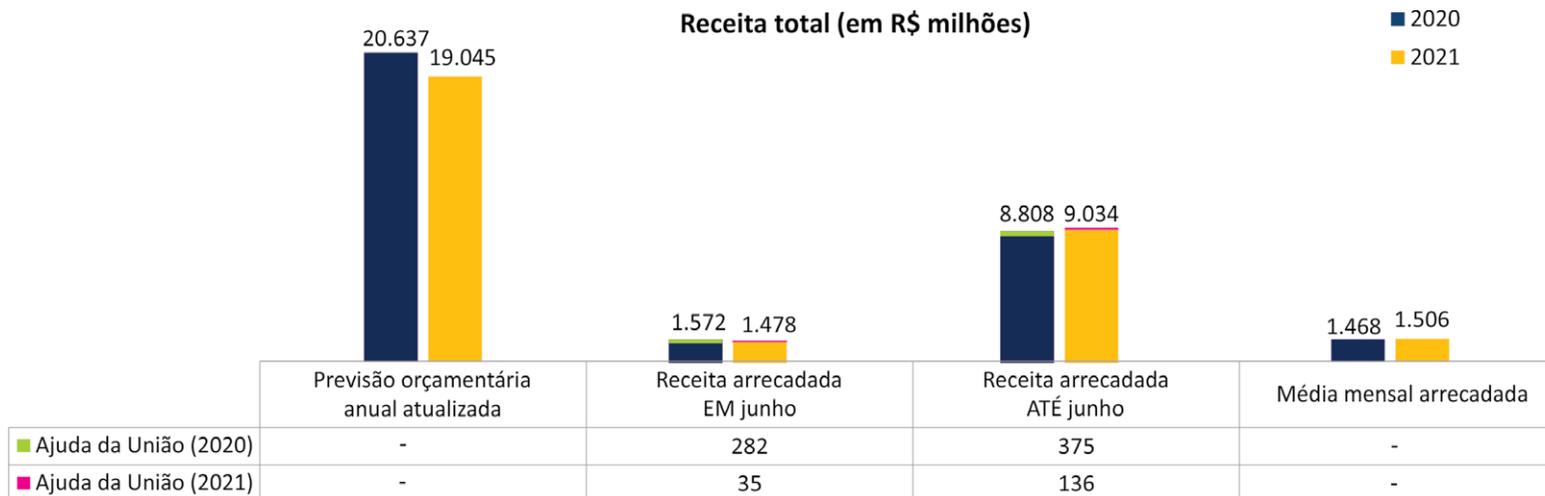


Gráfico 01 | fonte: Sigefes e Painel de Controle

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2021, atualizada pela abertura de créditos adicionais, estimou as **receitas em aproximadamente R\$ 19 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **decréscimo de 8%** em relação à arrecadação prevista para o ano anterior, de R\$ 20,6 bilhões.

A **receita arrecadada em junho/2021, de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, representou um decréscimo de aproximadamente 6%**, quando comparada ao mesmo mês do ano anterior.

A **receita arrecadada até junho/2021** atingiu **R\$ 9 bilhões**, evidenciando um **acréscimo de aproximadamente 3%** quando comparada à arrecadação acumulada em igual período do exercício antecedente.

nota valores repassados pela União

Composição da receita arrecadada
(EM junho - em R\$ milhões)

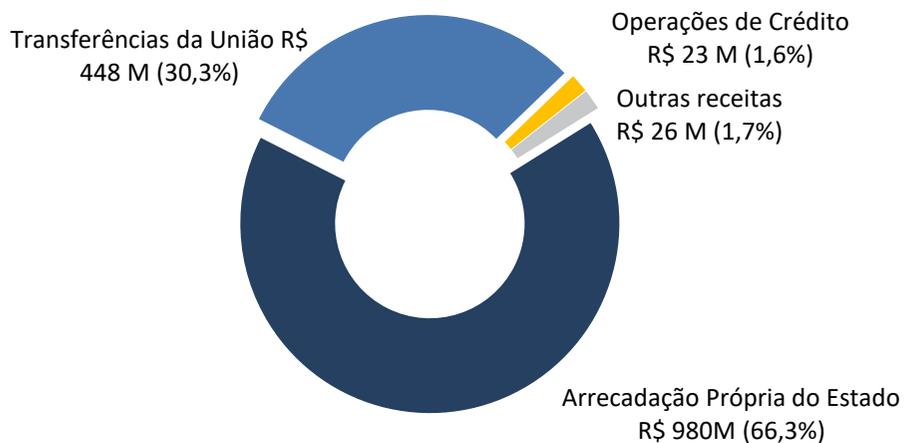


Gráfico 02 | fonte: Painel de Controle

Composição da receita arrecadada
(ATÉ junho - em R\$ milhões)

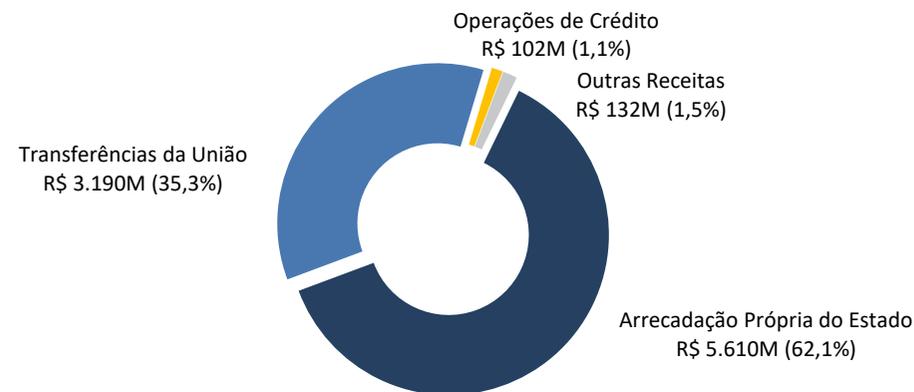


Gráfico 02A | fonte: Painel de Controle

*Outras receitas: grupo de receitas constituído por receitas correntes intraorçamentárias.

Gestão orçamentária | receita em destaque

Junho/2021

Arrecadação de ICMS - 2020 e 2021 (em R\$ milhões)

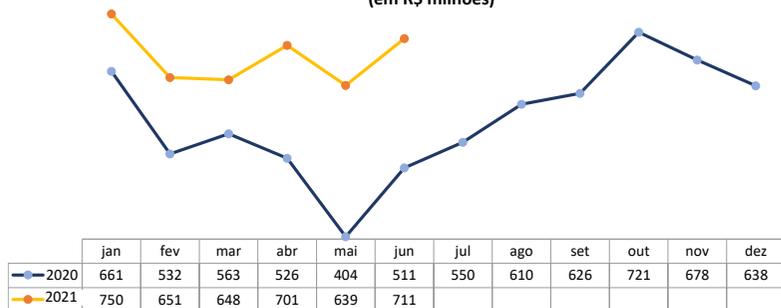


Gráfico 03 | fonte: Painel de Controle

Arrecadação de ICMS até junho (em R\$ milhões)

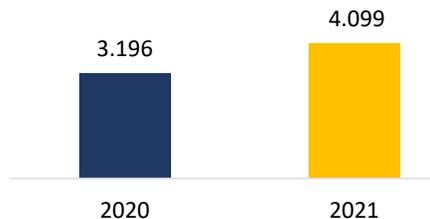


Gráfico 03A | fonte: Painel de Controle

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulada até junho de 2021, de aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, comparada à arrecadação realizada no mesmo período de 2020, registrou um **acréscimo de 28%**. De igual modo, a **arrecadação em junho de 2021, de R\$ 711 milhões, representou um acréscimo de 39%**, quando comparada à arrecadação do mesmo mês do ano antecedente e um **acréscimo de 11%**, quando comparada à registrada no mês anterior.

Receita de compensação financeira - 2020 e 2021 (em R\$ milhões)

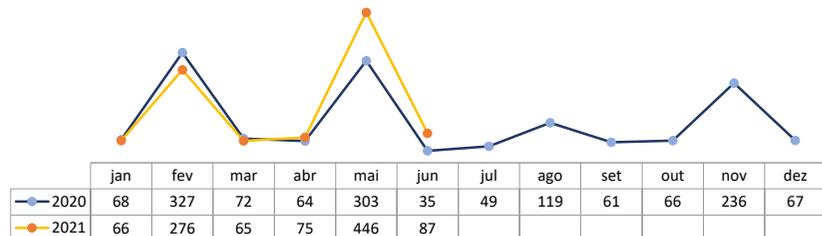


Gráfico 03B | fonte: Painel de Controle

Receita de compensação financeira até junho (em R\$ milhões)

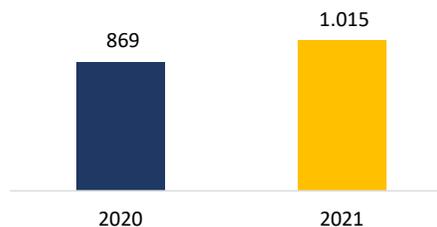


Gráfico 03C | fonte: Painel de Controle

A **receita de compensações financeiras** (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties), arrecadada **até junho de 2021, de R\$ 1 bilhão**, comparada à auferida no mesmo período de 2020, registrou acréscimo de aproximadamente 17%.

Nota: As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Gestão orçamentária | despesa total

Junho/2021

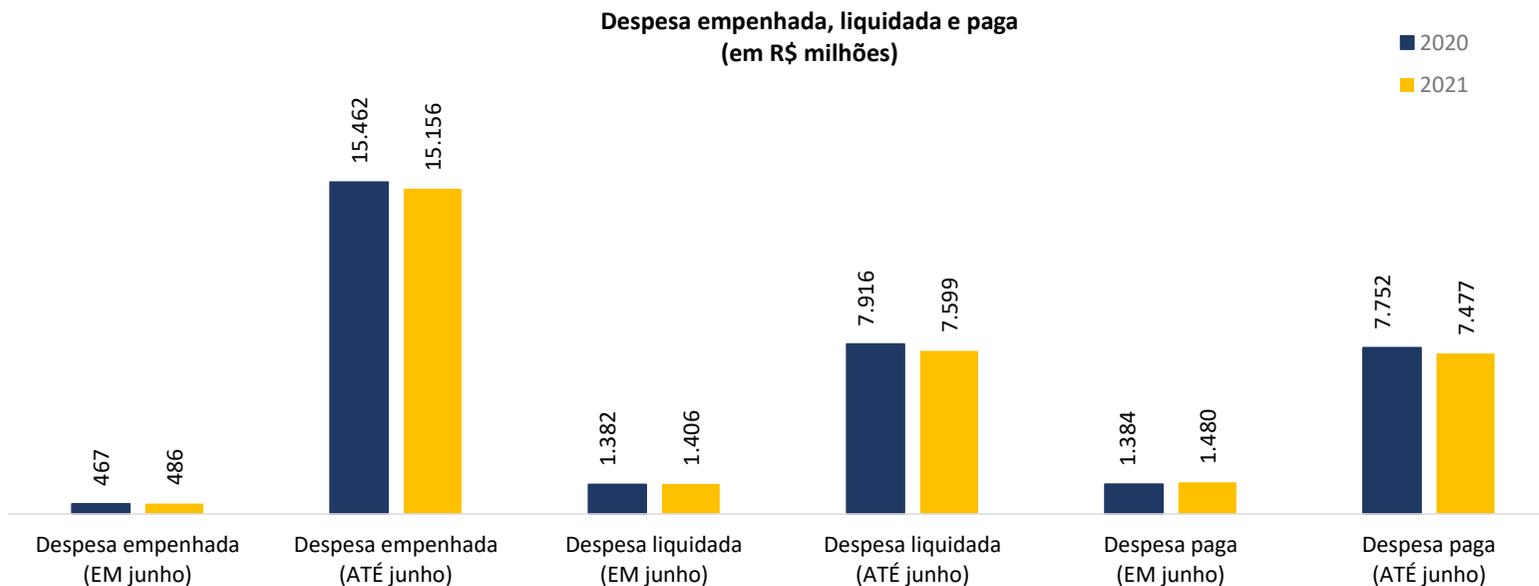


Gráfico 04 | fonte: Painel de Controle

As **despesas empenhadas** em junho registraram um **acréscimo de 4%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas empenhadas** até junho de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de 2%**.

As **despesas liquidadas** em junho registraram um **acréscimo** de aproximadamente **2%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas liquidadas** até junho, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de 4%**.

As **despesas pagas** em junho de 2021 registraram um **acréscimo de 7%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas pagas** até junho de 2021, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de aproximadamente 4%**.

Gestão orçamentária | comparativo da **despesa**

Junho/2021

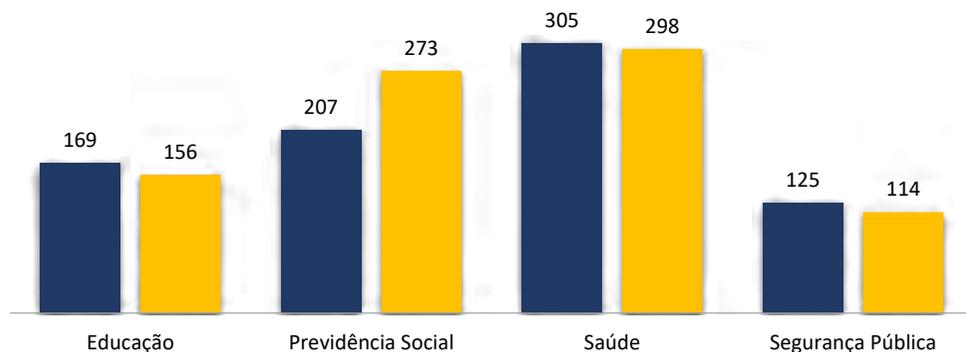
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo EM junho - em R\$ milhões)■ em junho/20
■ em junho/21

Gráfico 05 | fonte: Painel de Controle

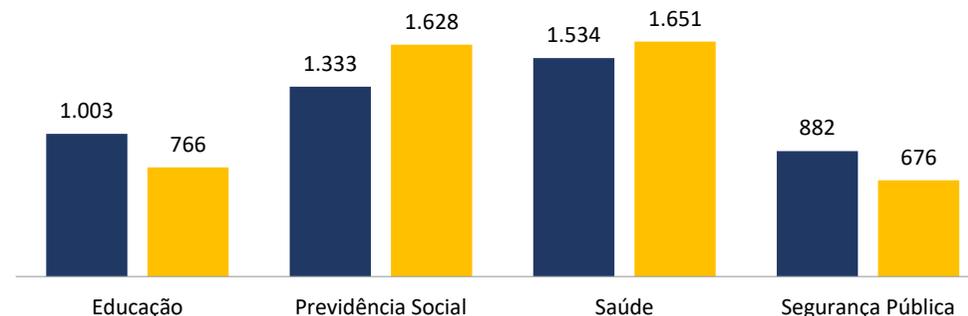
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo - acumulado ATÉ junho - em R\$ milhões)■ até junho/20
■ até junho/21

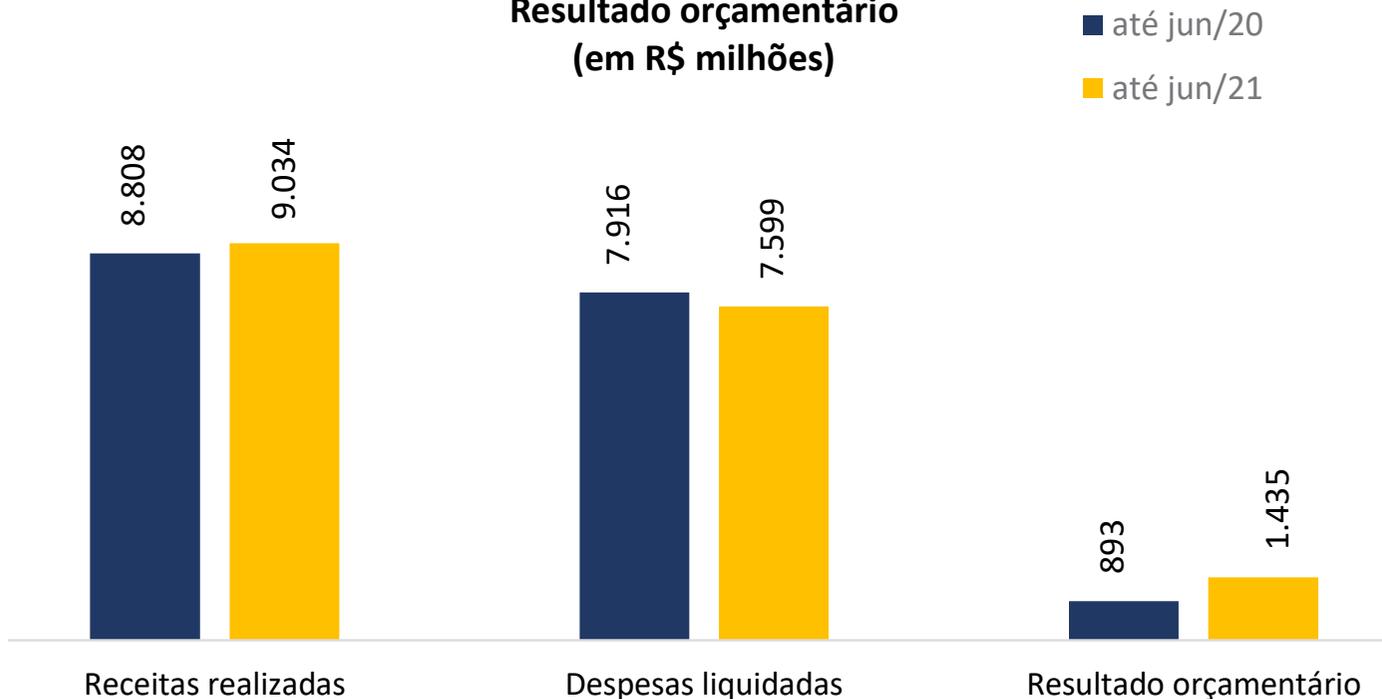
Gráfico 05a | fonte: Painel de Controle

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que as executadas nas funções **Saúde** e **Previdência Social** destacaram-se em relação às demais. Em que pese o **decréscimo** das despesas na função **Saúde** em junho (**2%**), identificou-se que estas **evoluíram 8% no primeiro semestre de 2021**, quando comparadas às executadas no primeiro semestre de 2020. As despesas na função **Previdência** apresentaram **acréscimos tanto na comparação mensal quanto no comparativo acumulado (32% e 22%, respectivamente)**.

Relativamente às despesas nas funções **Educação** e **Segurança Pública**, observou-se **comportamento praticamente oposto**, ou seja, **decréscimos** das despesas nessas funções tanto na comparação com junho de 2020, quanto em relação ao acumulado no primeiro semestre do ano anterior (**Educação: 7% e 24%, respectivamente** e **Segurança Pública: 9% e 23% respectivamente**).

Gestão fiscal | resultado orçamentário

Junho/2021

Resultado orçamentário
(em R\$ milhões)

O Estado do Espírito Santo **arrecadou R\$ 9 bilhões e executou despesas no montante de aproximadamente R\$ 7,6 bilhões até junho de 2021**. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,4 bilhão**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (aproximadamente R\$ 893 milhões), houve uma **variação nominal positiva de 61%**.

A **variação positiva** pode ser creditada, em parte, à **redução das despesas liquidadas (decréscimo de 4%** em relação ao mesmo período antecedente).

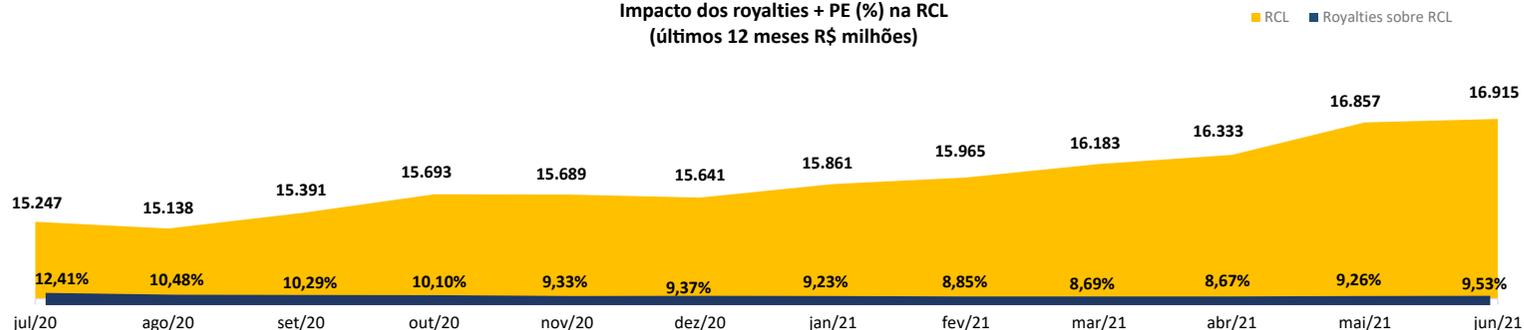
Gráfico 06 | fonte: Painel de Controle

***nota valores repassados pela União**

Gestão fiscal | impacto dos royalties na RCL

Junho/2021

Impacto dos royalties + PE (%) na RCL
(últimos 12 meses R\$ milhões)



O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.

Em junho de 2021 a participação dos royalties atingiu 9,53% da RCL, sendo a maior registrada desde novembro de 2020.

Gráfico 07 | fonte: Sigefes

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Limites da despesa com pessoal em relação RCL Ajustada (em percentual)			
DESPESA COM PESSOAL	ALERTA 90% do limite legal	PRUDENCIAL 95% do limite legal	LEGAL
Ente Consolidado	54,00%	57,00%	60,00%
Poder Executivo	44,10%	46,55%	49,00%
Poder Judiciário	5,40%	5,70%	6,00%
Ministério Público	1,80%	1,90%	2,00%
Assembleia Legislativa	1,53%	1,62%	1,70%
Tribunal de Contas	1,17%	1,24%	1,30%

Tabela 01 | fonte: LRF

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, a exemplo do que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL previstos na LRF, conforme os limites máximos estabelecidos.*

RCL ajustada em junho de 2021:

R\$ 16.914.123.619,08

*Conforme disposto no § 3º do artigo 15 da LC 178/2021 está suspensa a contagem dos prazos e as disposições do art. 23 da LRF, no exercício financeiro de 2021 (recondução aos limites legais com despesas de pessoal).

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Consolidado

Despesa com pessoal
R\$ 7,59B

Limite da LRF
44,87%

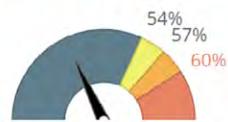


Gráfico 08
Fonte: Painel de Controle

A despesa com pessoal “Consolidado” em junho de 2021, atingiu R\$ 7,59 bilhões, representando 44,87% da RCL, obedecendo ao limite máximo estabelecido pela LRF (60% da RCL)*.

O gasto com pessoal Consolidado** representa a despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores.

**De acordo com a LRF, as despesas com pessoal do Estado “Consolidado” não podem ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 19 da LRF). Caso esses gastos atinjam 57% da Receita Corrente Líquida Ajustada, o Estado entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). Caso esses gastos atinjam 54% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta. (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

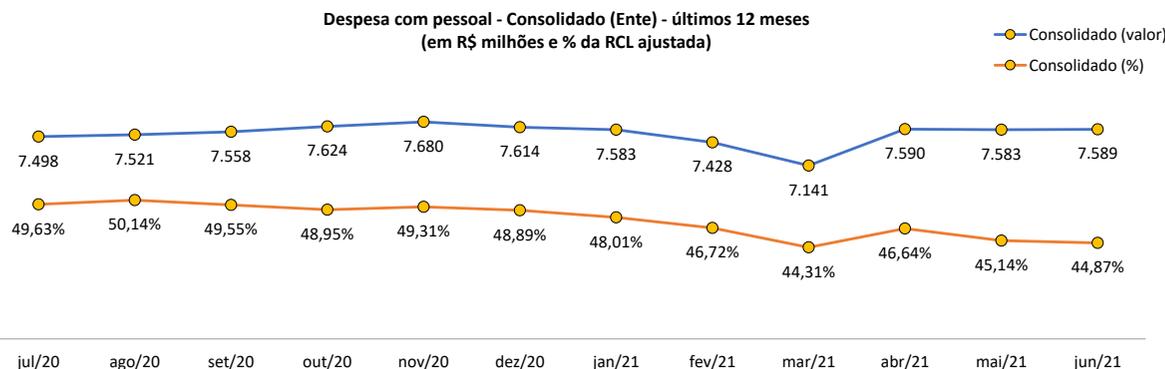


Gráfico 08A | fonte: Sigefes

***nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Poder Executivo

Despesa com pessoal
R\$ 6,04B

Limite da LRF
35,73%

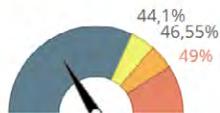


Gráfico 09
Fonte: Painel de Controle

A **despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual***, incluído **Defensoria Pública Estadual**, (órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei limite de despesa com pessoal) **atingiu em junho de 2021 R\$ 6,04 bilhões, o que representou 35,73% da RCL****, obedecendo o limite máximo estabelecido pela LRF para este poder, que é de 49% da RCL.

*Em relação ao Poder Executivo, a LRF estabeleceu que as despesas com pessoal não podem ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 46,55% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Executivo entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e se tiver atingido 44,10% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

****nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

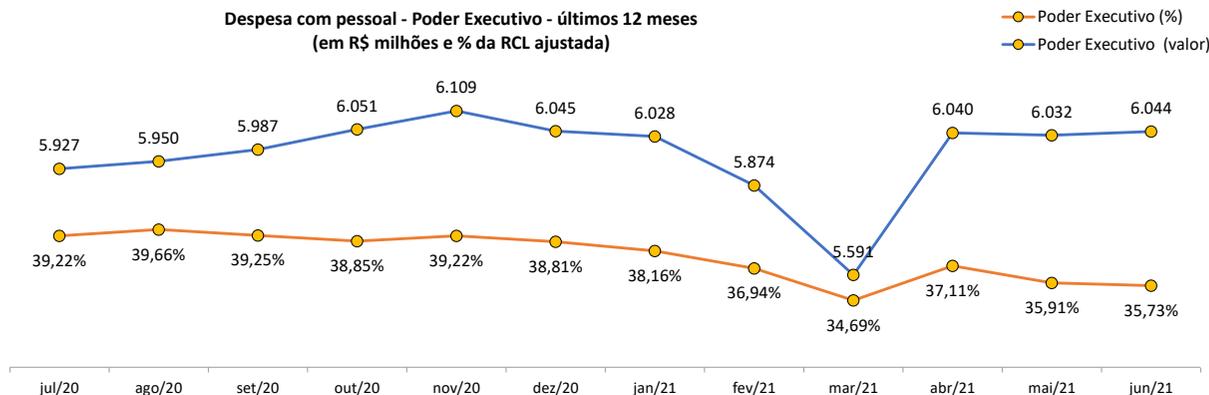


Gráfico 09A | fonte: Sigefes

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Poder Judiciário

Despesa com pessoal
R\$ 868,13M

Limite da LRF
5,13%

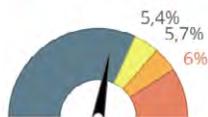


Gráfico 10
Fonte: Painel de Controle

No Poder Judiciário*, a despesa com pessoal correspondeu a **R\$ 868,13 milhões**, o que representou **5,13% da RCL**, obedecendo, portanto, o limite máximo estabelecido pela LRF.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Poder Judiciário não podem ultrapassar 6% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 5,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Judiciário entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se for o caso de atingirem 5,40% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Poder Judiciário - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

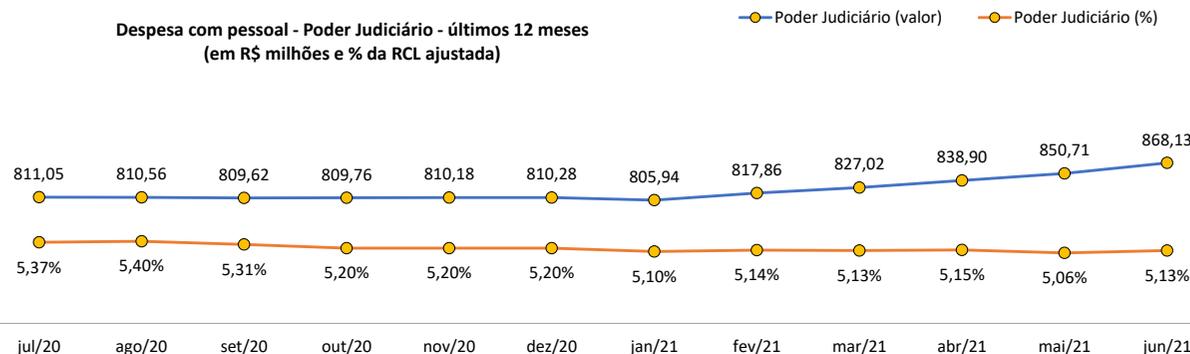


Gráfico 10A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Assembleia Legislativa

Despesa com pessoal
R\$ 172M

Limite da LRF
1,02%

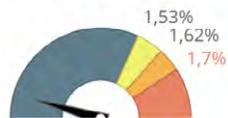


Gráfico 11
Fonte: Painel de Controle

Na Assembleia Legislativa*, a despesa com pessoal atingiu R\$ 172 milhões, o que representou 1,02% da RCL, obedecendo ao limite estabelecido pela LRF, de 1,70% da RCL.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa não podem ultrapassar 1,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,62% da Receita Corrente Líquida Ajustada a Assembleia Legislativa entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se tiver atingido 1,53% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - Ales - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

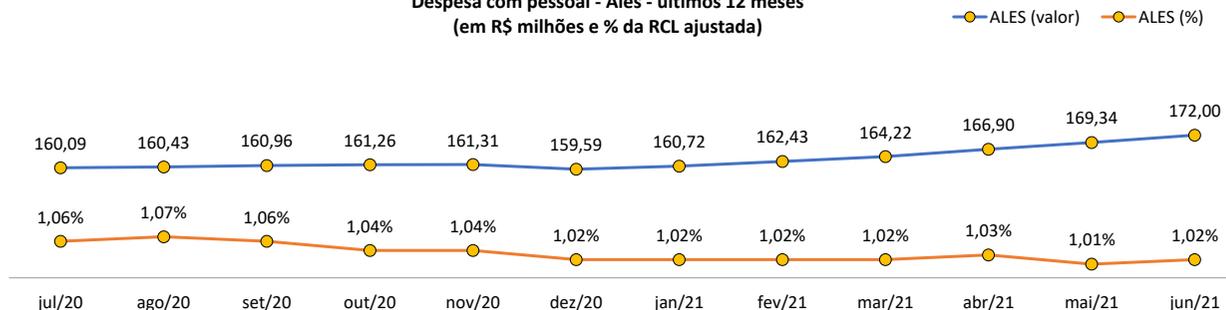


Gráfico 11A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Ministério Público

Despesa com pessoal
R\$ 253,11M

Limite da LRF
1,50%



Gráfico 12
Fonte: Painel de Controle

No **Ministério Público Estadual***, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 253,11 milhões**, o que representou **1,50% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido (2% da RCL).

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Ministério Público não podem ultrapassar 2% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,90% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Ministério Público entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e caso atinjam 1,80% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Despesa com pessoal - MPES - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

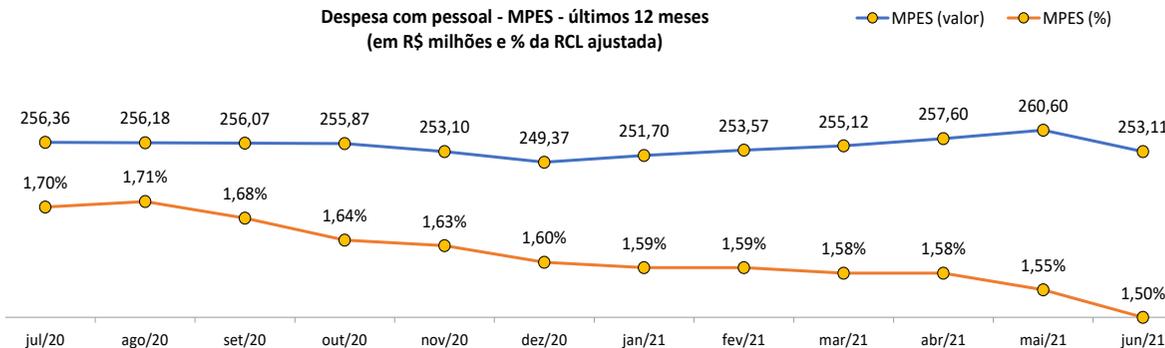


Gráfico 12A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal
R\$ 129,24M

Limite da LRF
0,76%

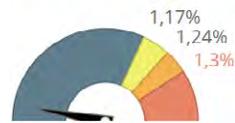
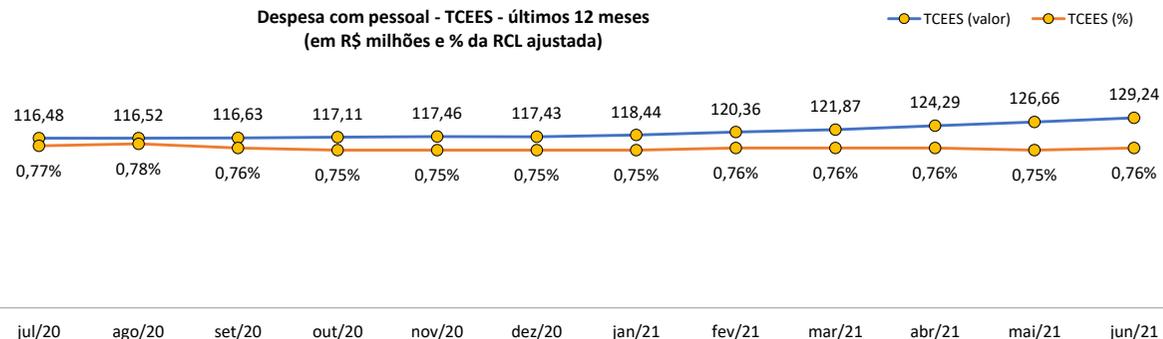


Gráfico 13
Fonte: Painel de Controle

Despesa com pessoal - TCEES - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)



No Tribunal de Contas*, a despesa com pessoal atingiu **R\$ 129,24 milhões**, o que representou **0,76% da RCL**, obedecendo ao limite estabelecido de **1,30% da RCL**.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Tribunal de Contas não podem ultrapassar 1,30% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,235% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). No caso de esses gastos atingirem 1,170% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

Gráfico 13A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

Junho/2021

Defensoria Pública

Despesa com pessoal

R\$ 50,94M

A **Defensoria Pública** atingiu **R\$ 50,94 milhões** de despesa com pessoal em junho de 2021, que estão incluídos no cômputo do limite estabelecido pela LRF para o Poder Executivo do Estado.

O gráfico, apresenta um histórico da despesa com pessoal da Defensoria Pública do Estado, nos últimos 5 anos, evidenciando que de 2016 a 2019 ocorreu uma redução de aproximadamente 11,79%. Em 2020, contudo, constatou-se um acréscimo de aproximadamente 5% em relação ao ano anterior.*

Despesa com pessoal - Defensoria Pública - últimos 12 meses
(em R\$ milhões)

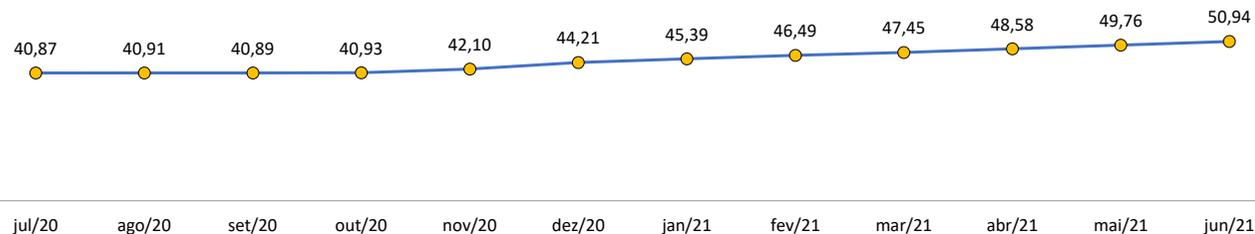


Gráfico 14 | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | cenários da despesa com pessoal

Junho/2021

Considerando redução dos royalties

Cenários do percentual da despesa com pessoal* considerando redução dos royalties junho/2021

Redução dos Royalties (Cenários)	Ente (Consolidado)	Executivo	TJ	MP	Ales	TC
0%	44,87%	35,73%	5,62% limite de alerta	1,59%	1,10%	0,84%
-15%	45,52%	36,25%	5,70% limite prudencial	1,61%	1,11%	0,85%
-70%	48,08%	38,29%	6,02% limite legal	1,70%	1,18%	0,90%
-100%	49,60%	39,50%	6,21% limite legal	1,75%	1,21%	0,92%

Tabela 02 | fonte: Sigefes

*A despesa com pessoal considera todo o aporte previdenciário do órgão, cenário que prevalecerá a partir de dezembro de 2021 em decorrência do §3º do artigo 19 da LC nº 101/2000, incluso pela LC nº 178/2021, c/c a normatização do TCE-ES na IN nº 72, de 4 de maio de 2021.

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a planilha em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira, acrescido do aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, conforme o §3º do artigo 18 da LC nº 101/2000, incluído pela LC nº 178/2021.

Neste caso é possível observar que:

- ▶ **O Tribunal de Justiça atingiria o limite de alerta, ainda que não houvesse redução de receita de compensação financeira (royalties); o limite prudencial na hipótese de uma redução mínima de 15% e o limite legal, na hipótese de uma redução mínima de 70% nas referidas receitas;**
- ▶ **O Ente, Poder Executivo, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, mesmo na hipótese de redução integral (100%) da receita de compensação financeira (royalties), permaneceriam com percentuais de despesa com pessoal abaixo dos limites estabelecidos.**

Em virtude das alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal (CF/88), e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o **novo** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o **TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo** de forma a contemplar a aferição do cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais.

Inclusive para contemplar o mínimo exigível de aplicação de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundeb, na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Ressalta-se que até 2020 o mínimo exigível era de 60%.

Em função disso, excepcionalmente, **não serão apresentados os dados referentes aos primeiros meses de 2021.**

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **aplicação na saúde**

Junho/2021

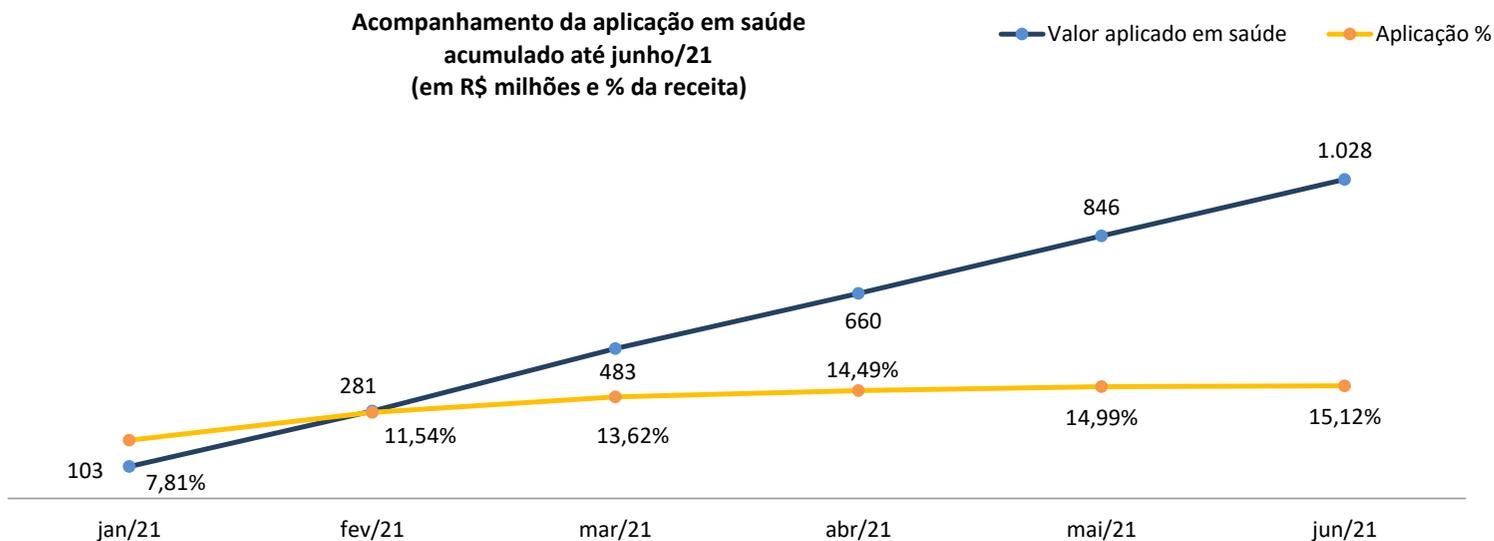


Gráfico 15 | fonte: Painel de Controle

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos 12% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de Saúde é anual.

No entanto, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico apresenta os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde até o mês de referência. Nesse caso, observa-se que o **Estado aplicou aproximadamente R\$ 1,03 bilhão em Saúde, correspondente a 15,12% das receitas resultantes de impostos**, incluídas as transferências constitucionais.

Gestão fiscal | resultado primário e nominal

Junho/2021

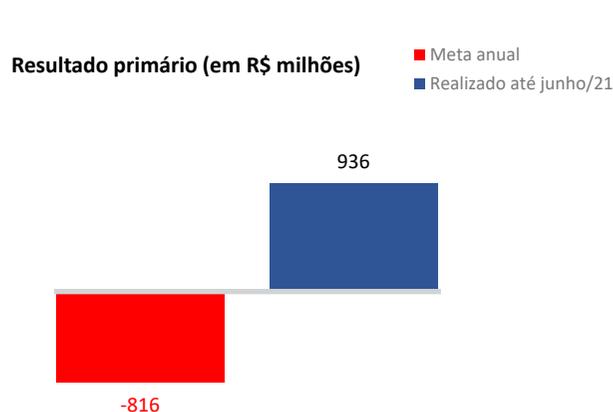


Gráfico 16 | fonte: Painel de Controle

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

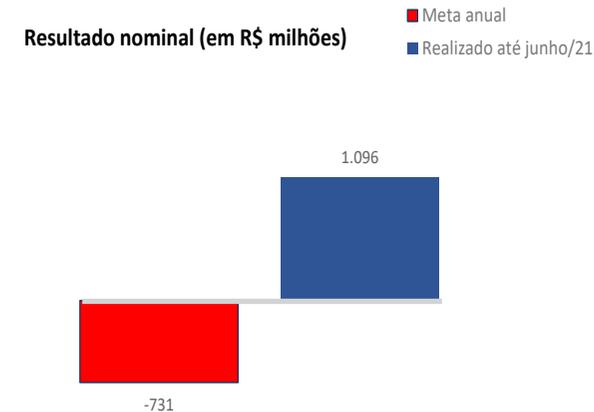


Gráfico 16A | fonte: Painel de Controle

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Ao final do primeiro semestre de 2021, observou-se um Resultado Primário superavitário de aproximadamente R\$ 936 milhões, representando desempenho dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

Quanto ao **Resultado Nominal**, observou-se que o resultado **acumulado até junho/2021 foi superavitário em R\$ 1,1 bilhão, indicando uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida**, estando dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021.

Gestão previdenciária | resultado previdenciário

Junho/2021

Acumulado até junho (valores em R\$ milhões)

Fundo Previdenciário

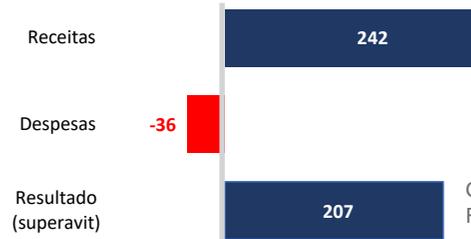


Gráfico 17
Fonte: Sigefes

Fundo Financeiro



Gráfico 17A
Fonte: Sigefes

Fundo de Proteção Social dos Militares



Gráfico 17B
Fonte: Sigefes

Com o advento da LC nº 282/2004, foram criados os Fundos Financeiro e Previdenciário que se destinam, respectivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da referida Lei, e ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da publicação desta lei.

Além disso, por meio da Lei Complementar 943 de 16/03/2020, foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS*.

Os gráficos destacam que o **Fundo Previdenciário alcançou superávit de aproximadamente R\$ 207 milhões**, enquanto que o **Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares**, em função do grande volume de despesas previdenciárias frente às receitas auferidas até o final do mês de junho de 2021, apresentaram **resultados deficitários de aproximadamente R\$ 1 bilhão e R\$ 338 milhões**, respectivamente.

***nota**
FPS dos militares

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal e
aplicação em saúde

Aplicação no **ensino**

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

Receita Total (em R\$ milhões)

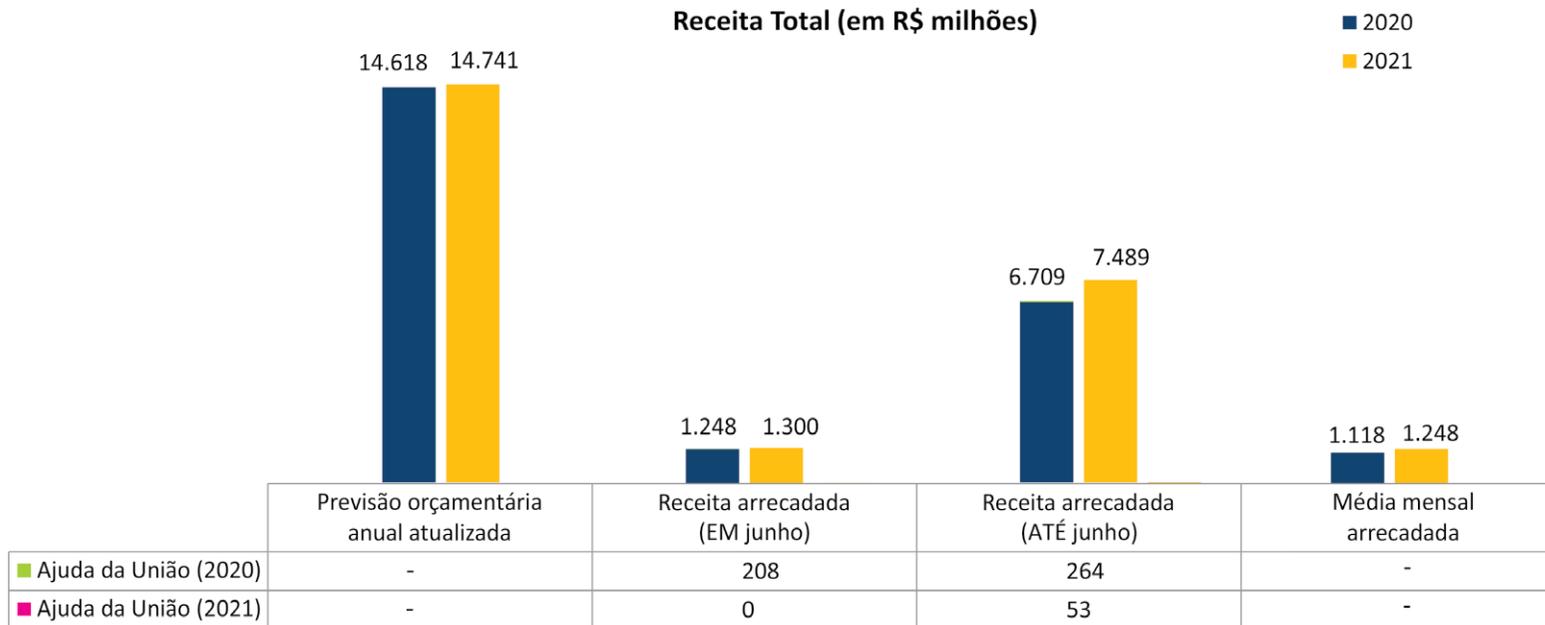


Gráfico 18 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dos 78 municípios que homologaram suas contas mensais de junho/2021 no Tribunal de Contas, até 16/07/2021, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais, estimaram as **receitas em aproximadamente R\$ 14,7 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **acréscimo em torno de 1% em relação ao montante de arrecadação previsto para o mesmo período do ano anterior que foi de aproximadamente R\$ 14,6 bilhões**.

A **receita arrecadada até junho de 2021, de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões**, representou um **acréscimo de 12%** quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Gestão orçamentária | **composição** da receita*

Junho/2021

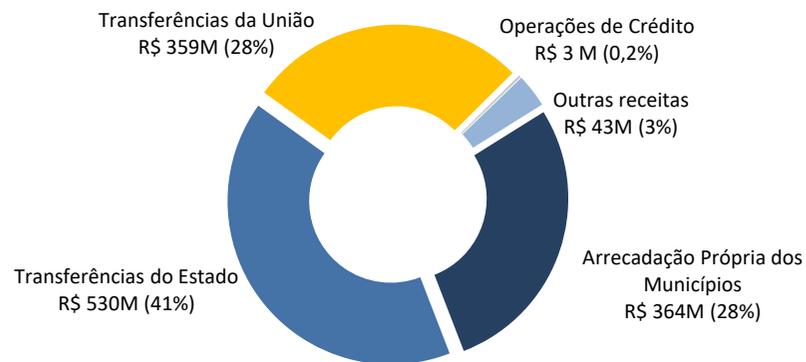
Composição da receita arrecadada
(EM junho - em R\$ milhões)

Gráfico 19 | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

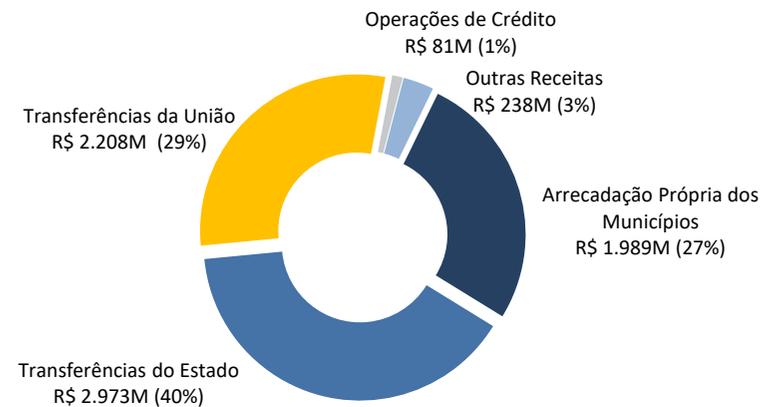
Composição da receita arrecadada
(ATÉ junho - em R\$ milhões)

Gráfico 19A | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Gestão orçamentária | despesa **total***

Junho/2021

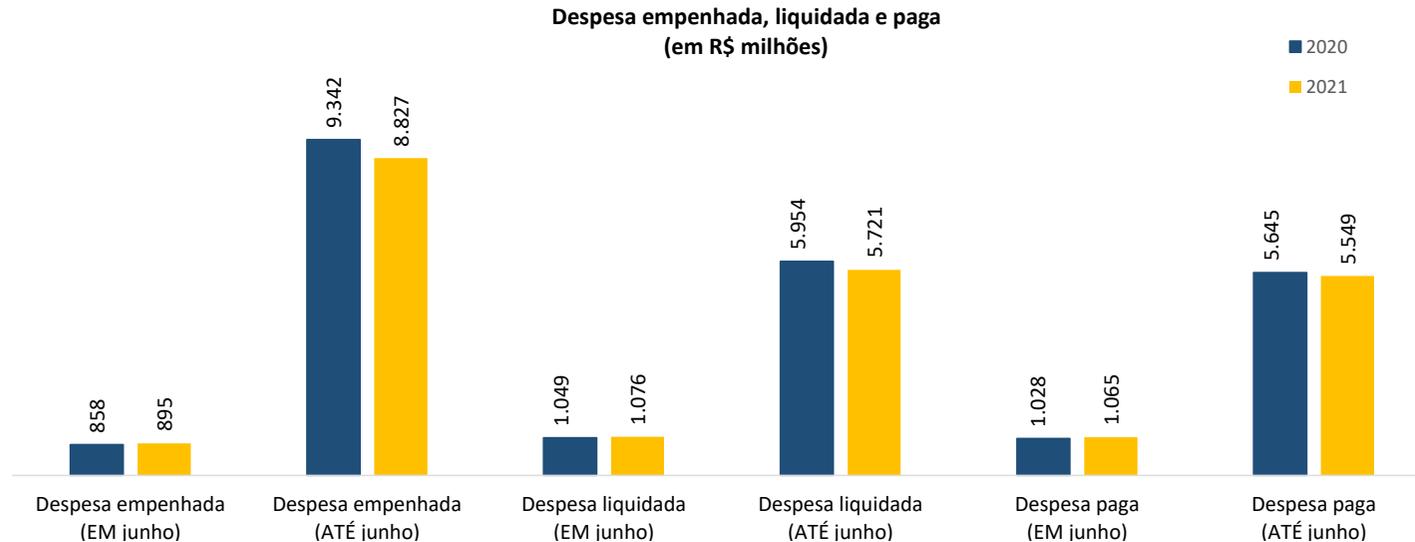


Gráfico 20 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As **despesas empenhadas em junho** registraram um **acréscimo de 4%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas empenhadas até junho de 2021**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de aproximadamente 6%**.

As **despesas liquidadas em junho** registraram um **acréscimo** de aproximadamente **3%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas liquidadas até junho**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de aproximadamente 4%**.

As **despesas pagas em junho de 2021** registraram um **acréscimo** aproximado de **4%** quando comparadas às do mesmo mês de 2020. Por outro lado, as **despesas pagas até junho de 2021**, comparadas àquelas do mesmo período de 2020, registraram um **decréscimo de aproximadamente 2%**.

Gestão orçamentária | **comparativo** da despesa **por função***

Junho/2021

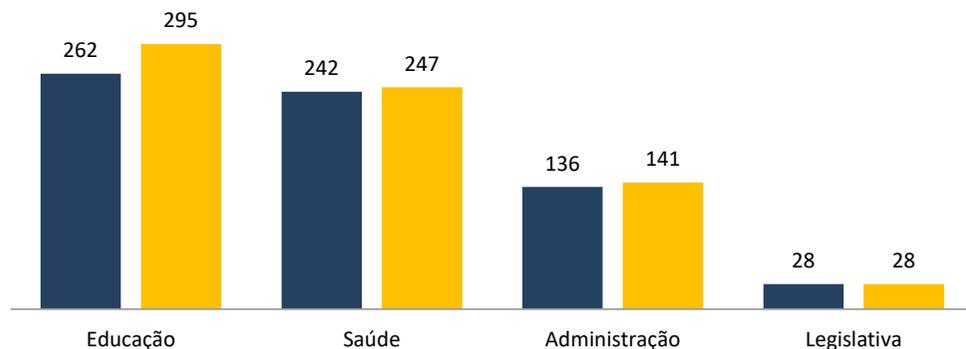
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo DE junho - em R\$ milhões)■ jun/20
■ jun/21

Gráfico 21 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

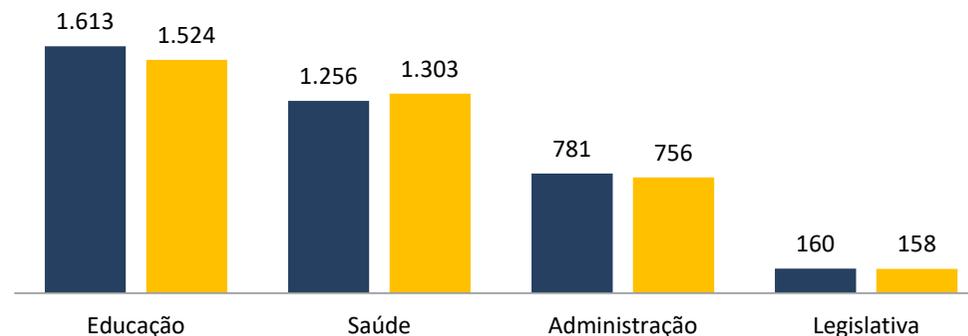
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo - acumulado ATÉ junho - em R\$ milhões)■ jun/20
■ jun/21

Gráfico 21A | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que até o mês de junho de 2021 ocorreu **decréscimo nominal das despesas nas funções educação (aproximadamente 6%), administração (3%) e legislativa (1%)**, quando comparadas às apresentadas no mesmo período do ano anterior. No que se refere às despesas liquidadas na função **saúde**, constatou-se que estas evoluíram aproximadamente **4%** em relação ao acumulado no mesmo período de 2020.

Gestão orçamentária | **resultado orçamentário***

Junho/2021

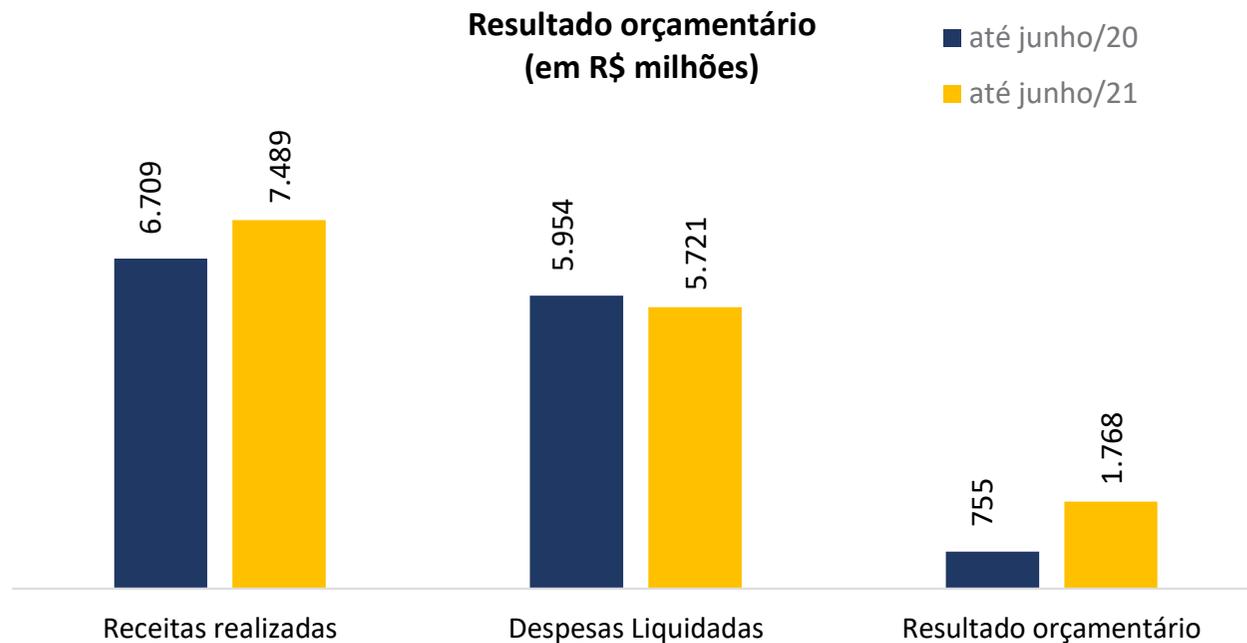


Gráfico 22 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Consideradas as informações contidas nas prestações de contas dos 78 municípios capixabas, apuradas até a data de corte estabelecida neste boletim, constatou-se que estes **arrecadaram aproximadamente R\$ 7,5 bilhões e executaram despesas no montante aproximado de R\$ 5,7 bilhões** até o final de junho deste exercício. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,8 bilhão**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (R\$ 800 milhões aproximadamente), houve uma **variação nominal positiva de 134%**. A variação positiva pode ser creditada, em grande parte, ao acréscimo das receitas realizadas (variação de 12% em relação ao mesmo período antecedente).

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal e aplicação em saúde***

Junho/2021

Poder Executivo Municipal - Despesa com pessoal
Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF

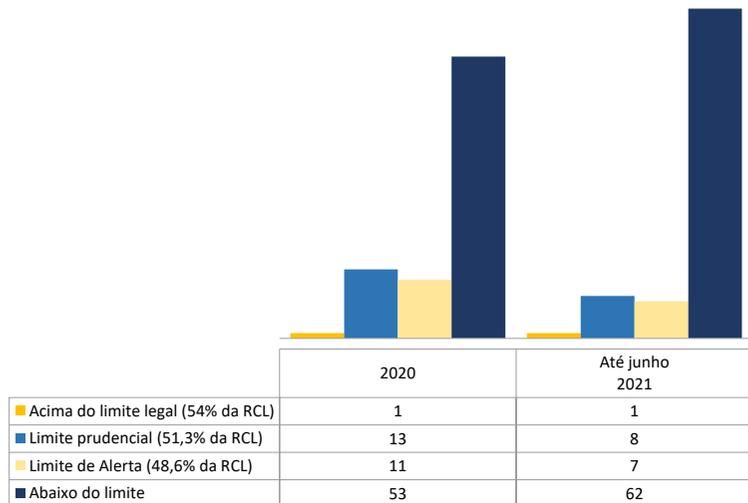


Gráfico 23 | fonte: Painel de Controle (acesso em 19/07/2021 às 15h38)

Em junho deste ano, destacou-se a redução na quantidade de municípios que atingiram os limites de alerta e prudencial, comparativamente ao final de 2020. Constatou-se que dos 78 municípios que prestaram contas, apenas um município evidenciava descumprimento da limitação da LRF (54% da RCL), no que tange ao Poder Executivo municipal: Alfredo Chaves (80,66% da RCL).

Quantidade de municípios que aplicaram ou não o limite mínimo exigível em saúde

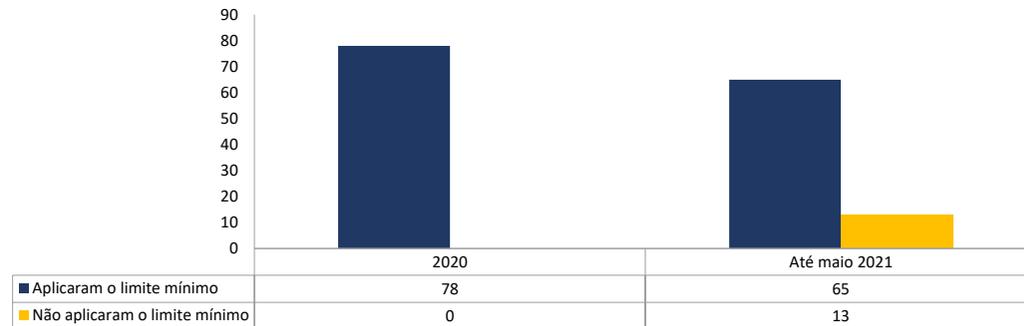


Gráfico 23A | fonte: Painel de Controle (acesso em 19/07/2021 às 15h45)

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em Saúde, no montante de 15% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual.

O gráfico destaca, para fins de acompanhamento, que dos 78 municípios que prestaram contas mensais até junho de 2021, 65 (sessenta e cinco) evidenciavam cumprimento do limite mínimo constitucional, contudo 13 (treze) municípios não aplicaram o mínimo exigível.

Em virtude das **alterações decorrentes da Emenda Constitucional – EC nº 108, de 2020**, que incluiu o art. 212-A na Constituição Federal, e da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que **regulamenta o novo Fundeb, o TCEES está realizando os ajustes necessários na sistemática de cálculo/apuração do cumprimento dos limites mínimos exigíveis**, adequando-a, inclusive, ao novo modelo do demonstrativo introduzido por força dos instrumentos legais mencionados.

Em função disso, excepcionalmente, **não serão apresentados os dados referentes aos primeiros meses de 2021.**

Resumo¹

A retomada econômica global se confirma à medida que a vacinação contra a Covid-19 avança. No Brasil, os resultados positivos das pesquisas setoriais somados ao bom desempenho do PIB no 1º trimestre e aos fatores como o avanço na vacinação contra a Covid-19 e o repasse, cada vez menor, dos efeitos da pandemia sobre os setores econômicos, ajudam a explicar os aumentos das expectativas do PIB para este ano que se encontram em 5,18%, segundo o Relatório Focus do dia 25/06.

A balança comercial brasileira apresenta superávit histórico, movida pelo aumento tanto das exportações e quanto importações. O valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo tem aumentado em decorrência, principalmente, da trajetória de expansão da cotação das *commodities* (minério de ferro, bobina de aço e petróleo).

Os dados do IBC-Br e do IBCR-ES apontam para uma recuperação da trajetória das economias nacional e capixaba. No acumulado do ano até maio, estima-se que a economia brasileira cresceu 6,60%, e a do Espírito Santo um aumento de 7,73%. Os índices de confiança dos empresários e consumidores continuam em ascensão no país.

No acumulado de janeiro a maio de 2021, o Brasil criou 1.233.372 vagas, uma ampliação do total de empregos de 3,13% em relação ao final de 2020 no Brasil. O resultado positivo para o Brasil em 2021 decorre da criação de postos formais em 25 das 27 unidades da federação.

O mercado de trabalho formal do Espírito Santo registrou, no acumulado de janeiro a maio de 2021, teve abertura de 24.033 vagas com carteira assinada. Na análise dos 25 municípios capixabas com mais de 30 mil habitantes, 24 deles registraram saldo positivo de postos formais no acumulado em 2021. Em maio, todos os 25 municípios com mais de 30 mil habitantes no Espírito Santo registraram saldo positivo de postos formais.

1 Fontes: Relatório Focus Bacen. Ata 239ª reunião do Copom. Boletim Econômico Capixaba do Ideies/Findes de junho. A Semana Econômica (Ideies). Boletim Macro Ibre/FGV de junho.

A vacinação segue sendo a principal alavanca da retomada econômica global, cuja robustez tem sido confirmada em indicadores divulgados mais recentemente. Ao todo, pouco mais de um quinto da população global recebeu pelo menos uma dose de vacina contra a Covid-19. Os países desenvolvidos se destacam nesse processo, pelo rápido avanço da vacinação, que tem permitido abrir suas economias, sem perda de controle sobre a disseminação do vírus.

O processo de recuperação se iniciou na China. Vieram, em seguida, o Reino Unido, Israel, EUA e alguns países do Oriente Médio. Os países europeus, após um início muito lento, também têm conseguido acelerar a imunização, e, mais recentemente, esse processo está avançando também nos países emergentes.

A disponibilidade global de vacinas está aumentando e as novas doses produzidas devem ser destinadas principalmente aos países em desenvolvimento. A experiência internacional sugere que, no Brasil, o terceiro trimestre deve ser marcado por um avanço significativo da vacinação, com repercussões positivas sobre o ritmo e o perfil de recuperação da economia.

Panorama internacional

Setor externo brasileiro

O superávit da balança comercial no valor de US\$ 9,3 bilhões foi o maior da série histórica do mês de maio, desde 1997. O resultado acumulado no ano até maio de US\$ 27,1 bilhões foi também o maior na série histórica desse período. O aumento do superávit se deu com o crescimento das exportações e importações.

Na comparação interanual do mês de maio, as exportações cresceram 53,8% e as importações, 65,3%. Para o aumento das exportações, a principal contribuição foi dos preços, que cresceram 40,1%. Para as importações, foi a variação de 42,1% no volume. Na comparação entre os acumulados dos anos até maio, as exportações aumentaram em 30,6% e as importações, 20,9%. Nesse período, os preços continuam liderando o aumento do valor das exportações e o volume, o das importações.

Variação (%) nos índices de volume e preço das exportações e importações

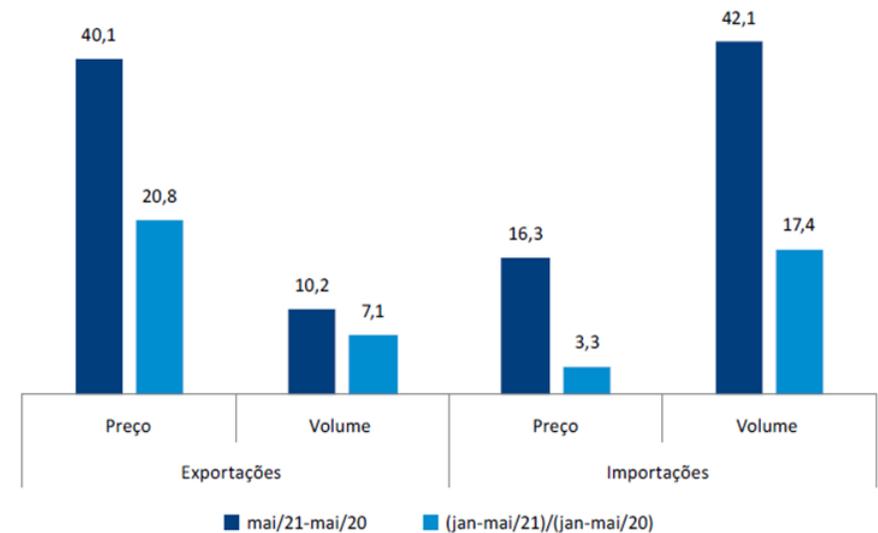


Gráfico 24 | Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Elaboração FGV IBRE.

Panorama internacional

Setor externo capixaba

Sobre a comercialização internacional da produção do Espírito Santo, as exportações industriais totalizaram 8,95 milhões de toneladas no acumulado de janeiro a maio, quantidade -3,5% inferior à exportada no mesmo período de 2020. Contudo, em termos monetários, essas vendas somaram US\$ 2,87 bilhões, valor 46,9% superior ao do ano passado. O aumento do valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo pode ser explicado pela trajetória de expansão da cotação das *commodities*. De janeiro a maio de 2021, frente aos mesmos meses de 2020, os preços dos contratos futuros de minério de ferro refinado cresceram 100,0%, os de bobina de aço expandiram 158,8%, os de petróleo *Brent* avançaram 70,7% e os de *WTI* aumentaram 76,1%.

Evolução da cotação das commodities

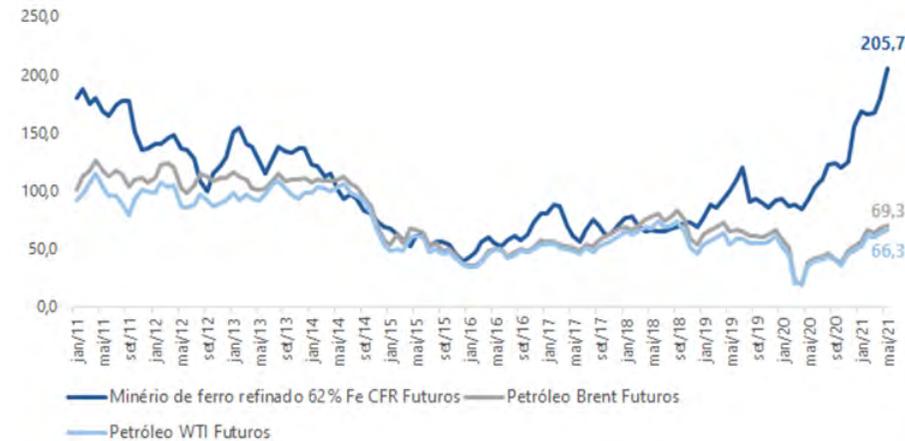


Gráfico 25 | Fonte: Investing.com. Elaboração: Ideies/ Findes

Atividade econômica

O Boletim Focus do Bacen de 2 de julho aponta que as estimativas do mercado para o crescimento do PIB para 2021 aumentaram de 5,05% para 5,18%, pela 11ª semana consecutiva. Para a produção industrial, a mediana das expectativas de mercado indica crescimento de 6,30% para o ano. Com 13 semanas consecutivas de alta, as expectativas da inflação para 2021 ficaram em 6,07%. A taxa Selic seguiu com a mesma previsão de encerramento para o ano, em 6,50% a.a. Já as expectativas em relação à taxa de câmbio para o final de 2021 recuaram em relação à semana anterior, de R\$/US\$ 5,10 para R\$/US\$ 5,04.

Focus – Expectativas de mercado – 2 de julho de 2021

Indicador	Mediana das Expectativas de Mercado (2021)	Comportamento das últimas 4 semanas			
		11/06	18/06	25/06	02/07
PIB (% de crescimento)	5,18	↑	↑	↑	↑
Produção industrial (% de crescimento)	6,30	↑	↑	↑	↑
IPCA (%)	6,07	↑	↑	↑	↑
Selic (% a.a.)	6,50	↑	↑	→	→
Câmbio (R\$/US\$)	5,04	↓	↓	→	↓

Tabela 04 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes
Legenda: ↑ alta → estabilidade ↓ queda

Atividade econômica

Os dados do IBC-Br e do IBCR-ES apontam para uma recuperação da trajetória das economias nacional e capixaba. No Espírito Santo, o indicador de maio ultrapassou o patamar pré-pandemia, situando-se 4,5% acima do registrado em fevereiro de 2020, enquanto o Brasil está -0,2% abaixo.

O Índice de Atividade Econômica do país, o IBC-Br, e os indicadores regionais, entre eles o IBCR-ES, divulgados pelo Banco Central do Brasil, mostram que o IBC-Br acelerou 6,60% na passagem de abril para maio, enquanto o IBCR-ES, 7,73%. No acumulado do ano até maio, a economia brasileira cresceu 6,60%, influenciada pelo desempenho da indústria (13,1%), dos serviços (7,3%) e do comércio varejista ampliado (12,4%). No Espírito Santo, o aumento de 7,73% no ano foi puxado pelos mesmos três setores, com elevações de 7,6%, 4,8% e 22,7%, respectivamente.

Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) e do Espírito Santo (IBCR-ES), com ajuste sazonal

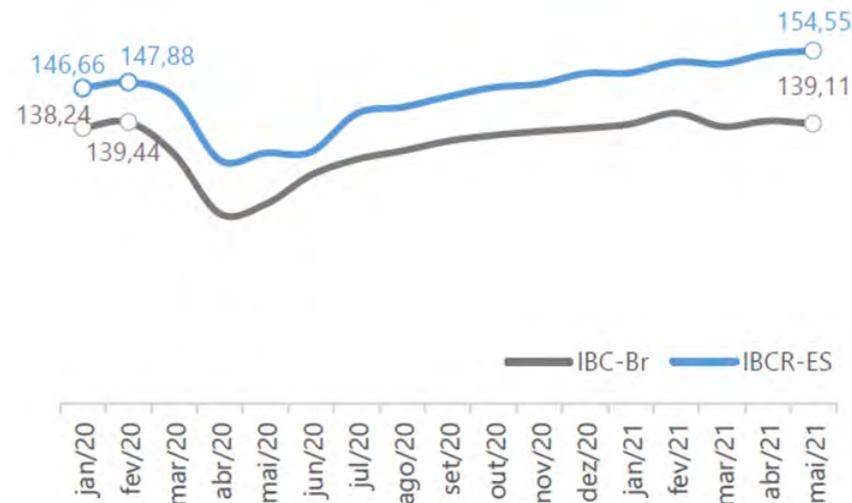


Gráfico 26 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

IBC-Br e IBCR-ES (%) – maio de 2021

Indicador	Mai 2021 / Abr2021 ¹	Mai 2021 / Mai 2020	Acumulado no ano	Acumulada em 12 meses
IBC-Br	-0,43	14,21	6,60	1,07
IBCR-ES	0,44	15,34	7,73	1,72

Tabela 05 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), lançada pelo IBGE, mostra que, no acumulado do ano até maio, o volume de serviços prestados avançou 7,3% no Brasil e 4,8% no Espírito Santo. Quatro das cinco atividades pesquisadas tiveram ganhos no país, com contribuições positivas nos transportes, serviços auxiliares ao transporte e correios (12,3%), serviços de informação e comunicação (7,4%) e outros serviços (8,0%). Apenas os serviços prestados às famílias (-5,4%) recuaram. No estado, todos os setores cresceram, sob essa base de comparação, com destaque para as atividades de transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio (8,1%) e os serviços profissionais, administrativos e complementares (2,6%). Com o resultado de maio, o volume de serviços prestados atingiu patamar 0,2% superior ao de fevereiro de 2020.

Por sua vez, a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, mostra que, no Espírito Santo, as vendas do comércio varejista cresceram 10,4% no acumulado do ano até maio, ficando acima da média nacional. No varejo ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, o volume de vendas aumentou 22,7%. Nos 12 meses encerrados em maio, tanto o varejo restrito (10,1%) quanto o ampliado (15,0%) acumularam crescimento. Este último foi alavancado pelo maior volume de vendas de materiais de construção (68,0%). Para as comparações com o mês de maio de 2020, os valores foram influenciados pela base deprimida daquele mês, impactos pelos desdobramentos da pandemia da Covid-19. No Brasil, as vendas acumuladas no ano cresceram 6,8% no varejo e 12,4% no varejo ampliado. Em 12 meses, as vendas de materiais de construção (23,7%), assim como no Espírito Santo, também puxaram a alta de 6.8% no varejo ampliado.

O IBGE divulgou também os resultados regionais da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. A produção industrial do Espírito Santo teve alta de 2,1% na passagem de abril para maio de 2021. Nos primeiros cinco meses do ano, a indústria capixaba expandiu 7,6%. Esse resultado é reflexo do bom desempenho de todas as atividades da indústria de transformação, que cresceram no acumulado de janeiro a maio, com destaque para a maior produção de celulose, papel e produtos de papel (43,3%) e minerais não metálicos (40,4%). A indústria extrativa retraiu -18,4%, pressionada pela menor produção de minério de ferro pelletizado e petróleo e gás natural.

Atividade econômica

No Brasil, nesta mesma base de comparação, o crescimento da indústria geral foi de 13,1%. Ademais, pelo segundo mês consecutivo, a indústria brasileira registrou taxa positiva no acumulado nos últimos 12 meses encerrados em maio, com uma variação de 4,9%. Nesta mesma base de comparação, a queda de -4,3% da indústria do Espírito Santo foi a menos intensa desde julho de 2020.

Expectativas de empresários e consumidores

Os índices de confiança continuam em ascensão no país. No resultado prévio de junho, tanto a confiança empresarial quanto a dos consumidores registraram nova alta, ainda que a recuperação nos dois indicadores se mantenha em velocidades diferentes. Enquanto, pelo lado empresarial, o dado prévio de junho chega ao maior valor desde junho de 2013, a confiança dos consumidores ainda se encontra em nível abaixo do anterior à pandemia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo cresceu 2,5 pontos na passagem de maio para junho de 2010, totalizando 59,5 pontos. A melhora da confiança ocorreu após uma expansão dos dois componentes do ICEI-ES: o índice de condições atuais (avanço de 4,5 pontos, atingindo 52,4 pontos) e o índice de expectativas (alta de 1,5 pontos, alcançando 63,0 pontos).

Produção Física Industrial, Espírito Santo (número índice com ajuste sazonal ano base 2012 = 100)

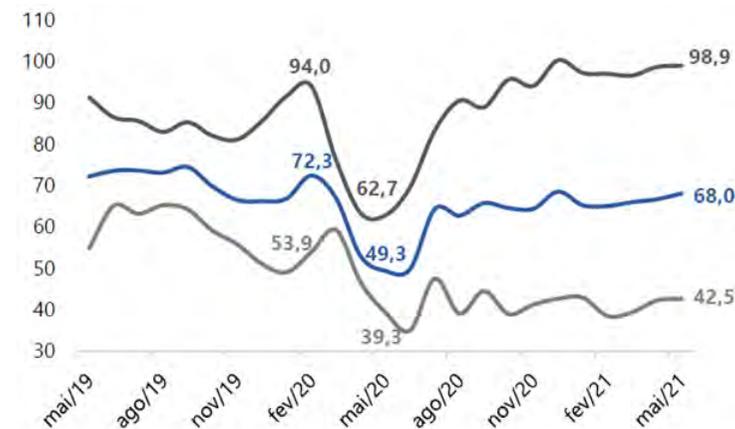


Gráfico 27 | Fonte: PIM-PF - IBGE | Elaboração: Ideies/Findes

Com esse resultado, o ICEI se aproxima do patamar verificado entre os meses de setembro e dezembro de 2020, quando se observou um otimismo com a recuperação econômica decorrente da flexibilização das atividades econômicas. Para o Brasil, o ICEI atingiu 61,7 pontos em junho de 2021, após aumento de 3,2 pontos na comparação com mês imediatamente anterior.

Mercado de trabalho

No acumulado de janeiro a maio de 2021, o Brasil criou 1.233.372 vagas com carteira assinada, resultado de 7.971.258 admissões ante 6.737.886 desligamentos. Esse saldo representou uma ampliação do total de empregos de 3,13% em relação ao final de 2020 no Brasil. O resultado positivo para o Brasil em 2021 decorre da criação de postos formais em 25 das 27 unidades da federação. Apenas Alagoas (-10.084) e Sergipe (-136) fecharam postos de trabalho formal no ano.

O mercado de trabalho formal do Espírito Santo registrou, no acumulado de janeiro a maio de 2021, teve abertura de 24.033 vagas com carteira assinada. Essa é a diferença entre os admitidos, que contabilizaram 157.582 e os desligados, que somaram 133.549. No mês de maio de 2021 observou-se abertura de 7.441 novas vagas com carteira assinada no Espírito Santo, consequência da movimentação entre 33.369 admissões e 25.928 desligamentos.

O desempenho positivo do mercado de trabalho capixaba em maio foi influenciado pela continuidade da flexibilização das medidas mais restritivas para controle da pandemia da Covid-19. Outro fator que marcou o período foi a renovação do benefício emergencial de preservação do emprego e da renda (Bem) em 2021, que de abril a maio já promoveu, no Espírito Santo, 38.665 acordos de suspensão de contratos e redução de salários/jornadas, sem quebra do vínculo.

Na análise dos 25 municípios capixabas com mais de 30 mil habitantes, como mostra o gráfico, 24 deles registraram saldo positivo de postos formais no acumulado em 2021. O município com maior número de postos formais criados no ano foi Serra (+4.937), seguido por Vitória (+2.505) e Linhares (+2.191). Em Serra e Vitória, a abertura de empregos formais nos municípios foi favorecida pelas novas contratações no setor de serviços, criando 2.336 e 2.403 vagas formais, respectivamente. As atividades de saúde humana e serviços sociais (+772) e seleção, agenciamento e locação de mão de obra (+678) foram as que mais contribuíram para o saldo positivo no setor de serviços em Serra. Saúde humana e serviços sociais também foi a atividade com o maior número de contratações em Vitória, com saldo positivo de 1.443 vagas.

Já no município de Linhares, a indústria da transformação foi responsável pelo maior número de contratações no acumulado em 2021, abrindo 837 postos formais. Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+216) e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+170) foram as atividades que mais abriram vagas em Linhares.

Atividade econômica

Guarapari foi o único município da lista que encerrou postos celetistas de janeiro a maio de 2021, com perda de 142 vagas. O fechamento de empregos em Guarapari decorreu, principalmente, do saldo negativo de 229 postos nos serviços de alojamento e alimentação, devido a vocação turística do município. A perda de vagas em hipermercados e supermercados (-181) também influenciou negativamente o município.

Em maio, todos os 25 municípios com mais de 30 mil habitantes no Espírito Santo registraram saldo positivo de postos formais. Serra foi o município com maior número de postos abertos (+1.351), seguido por Vitória (+1.013) e Itapemirim (+730). Em Serra, contribuíram para o saldo positivo a criação de postos formais no setor de serviços (+779). Os serviços também apresentaram uma das maiores criações de vagas em Vitória, com 601 novas contratações. Já em Itapemirim, a indústria (+282) especialmente a fabricação de produtos alimentícios (+246), e o comércio, sobretudo o comércio atacadista de produtos alimentícios (+249), foram os setores que mais criaram novas vagas de trabalho formal.

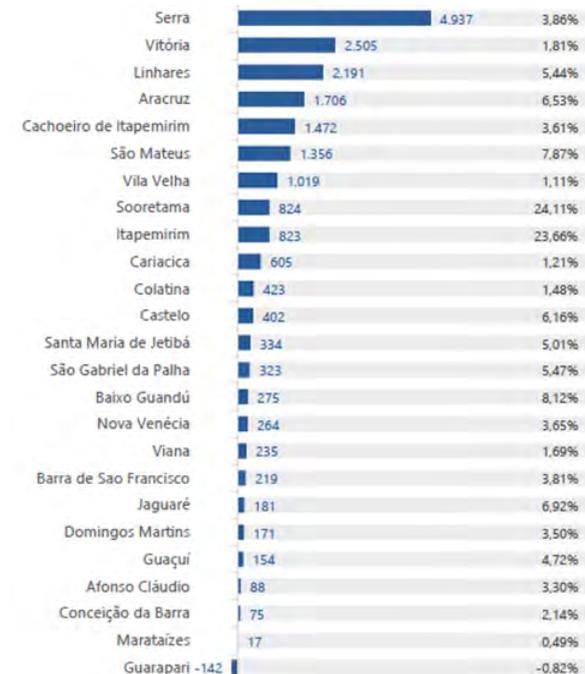
Saldo líquido de postos formais por Município¹ - Espírito Santo
Acumulado de janeiro a maio de 2021² e variação³

Gráfico 28 | Fonte: Novo Caged | Elaboração: Ideies/Findes

¹Municípios com mais de 30.000 habitantes, segundo estimativas da população do IBGE para 2020.²Série com ajuste de declarações entregues fora do prazo, exceto para maio.³A variação toma como referência os estoques de maio contra o estoque de dezembro de 2020.

Inflação

No mês de junho, o IPCA avançou 0,53% no Brasil e 0,59% na RMGV em relação a maio de 2021. O resultado de junho mostra uma desaceleração do IPCA quando comparado com a variação dos preços observada no mês anterior. Enquanto no Brasil o grupo habitação (1,10%), puxado pela energia elétrica, foi o maior responsável pela variação do mês, na RMGV, o grupo transporte foi o que mais contribuiu para a inflação da região (1,14%), explicada pelo aumento dos preços dos combustíveis na Grande Vitória. Em relação a variação no acumulado em 12 meses até junho, o IPCA registra altas de 8,35% no Brasil e 8,88% na RMGV.

Com o resultado do IPCA de junho, a inflação oficial do país encontra-se acima da meta de 3,75% para o ano e, desde março, ultrapassou o limite superior (5,25%). A aceleração recente do IPCA tem elevado as expectativas do mercado para o fechamento da inflação neste ano. A recuperação da atividade econômica, o aumento do preço da energia elétrica e os impactos dos preços das *commodities* no índice são alguns fatores que vêm contribuindo com a alta da inflação do consumidor nos últimos 12 meses.

Atividade econômica

Política Monetária

O Comitê de Política Monetária (Copom) realizou a sua 239ª reunião em junho e, por unanimidade, decidiu elevar a taxa básica de juros da economia brasileira para 4,25%. Na decisão de elevação em 0,75 p.p. da Selic, foi considerada a persistência da inflação no curto prazo, especialmente sobre os bens industriais, afetados pela falta de insumos. Mirando a inflação de 2022, também foram considerados outros cenários que interferem nos preços, como o aumento da demanda e o avanço da vacinação, que impactam na recuperação dos serviços e pressionam os preços do setor. O Copom também considerou a degradação do cenário hídrico e seu impacto no custo da energia elétrica para os próximos meses. Por essas razões, o Comitê considerou um novo aumento, na mesma magnitude desse mês, na próxima reunião de agosto.

Mercado de crédito

Com relação ao mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no país totalizou R\$ 4,1 trilhões em abril, valor 15,1% superior ao estoque de crédito de abril de 2020 e 0,5% acima do registrado em março de 2021. No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em abril totalizou R\$ 66,7 bilhões, crescimento de 20,4% em relação ao mesmo mês do ano passado e variação mensal de 5,6%. As estatísticas do mercado de crédito mostram que, após um ano da pandemia de Covid-19 no país, o montante de crédito às empresas capixabas teve um expressivo crescimento (30,7%), superior à variação observada para o total do Brasil (16,1%), na esteira dos programas governamentais creditícios para combater os impactos da pandemia e auxiliar às empresas na retomada das suas atividades econômicas.

Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil

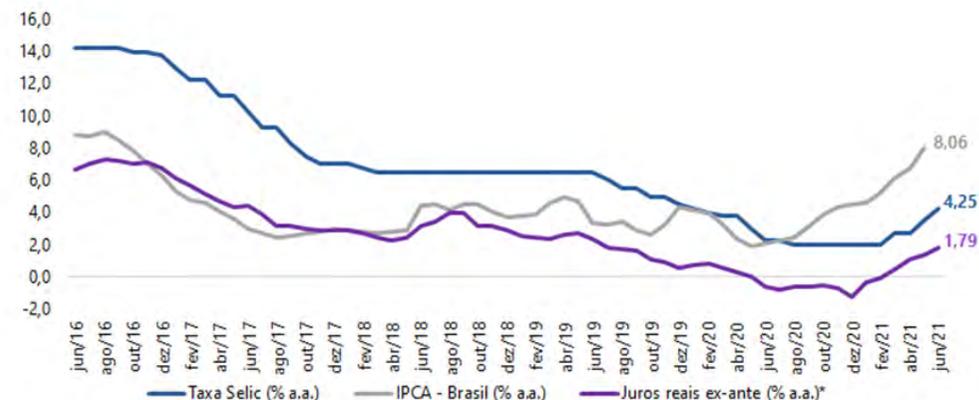


Gráfico 29 | Fonte: BCB e LCA Consultores. Elaboração: Ideies/Findes.

(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Brasil

A preocupação com o cenário fiscal de curto prazo do país arrefeceu. Arrecadação acima do esperado no primeiro quadrimestre e aumento das expectativas de crescimento econômico e de inflação viabilizaram melhora nas projeções de déficit primário e de endividamento público para 2021. Em todos os meses de janeiro a abril, a arrecadação superou a mediana das projeções do Prisma Fiscal. A arrecadação mensal efetiva ficou em média 11% acima da mediana das expectativas, ou cerca de R\$ 15 bi por mês. O crescimento real na comparação de janeiro a abril deste ano com o mesmo período de 2020 foi de 13,6%, e de 5,2% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2019.

Finanças públicas do ES

A Receita Total arrecadada em junho de 2021 (R\$ 1,5 bilhão) e no acumulado até junho de 2021 (R\$ 9,0 bilhões) apresentaram variação de -6% e +3%, respectivamente) se comparadas com o mesmo período do ano passado. Esses resultados são influenciados pela ajuda da União que aumenta a base de comparação: R\$ 282 milhões em junho de 2020 e R\$ 375 milhões até junho de 2020.

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 66,3% em junho de 2021 e a 62,1% até junho, seguida pelas transferências da União (30,3% em junho e 35,3% no acumulado até junho). O ICMS arrecadado em junho (R\$ 711 milhões) representa um considerável aumento (+39%) em relação a junho de 2020, e é o terceiro maior valor arrecadado desde janeiro de 2020. No acumulado até junho, o ICMS atingiu R\$ 4,1 bilhões, aumento de 28% em relação a igual período de 2020.

Panorama fiscal

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em junho de 2021 (R\$ 87 milhões) registrou considerável aumento de 148% em relação ao mesmo mês de 2020, decorrente da recomposição dos preços do petróleo em relação aos meses iniciais da pandemia. No acumulado até junho (R\$ 1 bilhão), a receita de compensações financeiras aumentou 17% em relação ao mesmo período de 2020.

As despesas liquidadas em junho de 2021 (R\$ 1,4 bilhão) representam um acréscimo de 2% em relação ao mesmo mês de 2020, porém houve decréscimo (-4%) no acumulado do ano (R\$ 7,6 bilhões). A função Saúde respondeu pelo maior gasto (R\$ 298 milhões) em junho de 2021, seguida da Previdência (R\$ 273 milhões), Educação (R\$ 156 milhões) e Segurança Pública (R\$ 114 milhões), hierarquia de gastos também observada nos dados acumulados no ano.

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até junho de 2021 foi superavitário (R\$ 1,4 bilhão) com um considerável acréscimo de 61% em relação ao superávit do mesmo período de 2020, fruto, essencialmente, da redução das despesas (-4%) e do aumento da receita total (+3%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 16,9 bilhões (acumulada em 12 meses) em junho de 2021, continuando a tendência de aumento iniciada em junho de 2020. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal, considerando a publicação da IN nº 72, de 4 de maio de 2021, do TCE-ES².

O Resultado Primário superavitário (R\$ 936 milhões) até junho de 2021 é um bom sinal do esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.

² Em 2021, houve um aperfeiçoamento na metodologia de cálculo do percentual da despesa com pessoal para fins da LRF. Com o advento da Lei Complementar nº 178, de 13 janeiro de 2021, foi introduzido o parágrafo 3º no artigo 19 da LRF, vedando a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. Contudo, como o cálculo para o percentual da despesa com pessoal frente à LRF utiliza uma base móvel de 12 meses, ou seja, o mês de referência e os 11 anteriores, o período que abrange os meses do ano de 2020 não computará o aporte integral, mas o percentual conforme regra de transição vigente à época, conforme IN nº 72/2021 do TCE-ES.

Finanças públicas dos Municípios capixabas

Os municípios capixabas mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+12%) no acumulado até junho de 2021 (R\$ 7,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2020 (6,7 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (40%) e da União (29%), denotando a dependência (70%) dos entes municipais em relação a outros entes federados. A arrecadação própria atingiu 27%.

Os municípios capixabas diminuíram em 4% suas despesas liquidadas até junho de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 1,5 bilhão) e Saúde (R\$ 1,3 bilhão).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado até junho de 2021 (R\$ 1,8 bilhão) consideravelmente superior (+134%) ao do mesmo período de 2020 (R\$ 800 milhões), diante de um acréscimo na receita (+12%) e decréscimo na despesa liquidada (-4%).

A grande maioria dos municípios capixabas (62 municípios, ou 80%) está abaixo do limite dos gastos com pessoal e apenas 1 município acima do limite legal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun *Presidente*

Domingos Augusto Taufner *Vice-presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo *Corregedor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo *Ouvidor*

Sérgio Manoel Nader Borges *Conselheiro*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto *Conselheiro*

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha *Conselheiro*

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva *Procurador Geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretária-geral Administrativa e Financeira

Arinélia Oliveira de Aguiar

Secretário-geral de Controle Externo

Rodrigo Lubiana Zanotti

Secretário-geral das Sessões

Odilson Souza Barbosa Junior

Secretário-geral de Tecnologia da Informação

Klayson Sesana Bonatto

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Núcleo de Controle Externo de Tendências de Riscos (NATR)

Identidade organizacional

Negócio

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Metodologia de cálculo de despesa
com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)**

nota p. 12

nota p. 13

nota p. 14

nota p. 15

nota p. 16

nota p. 17

nota p. 18

Metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal 2021, de acordo com a **regra de transição** estabelecida pela **Instrução Normativa TC 72, de 4 de maio de 2021**, que revogou a Instrução Normativa TC 41, de 27 de junho de 2017, diante das últimas alterações promovidas na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021.

nota p. 23

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.

Ajuda financeira da União ao Estado - 2020

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Complementação FPE - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	15	8	38	26	3	23	33	-	-	145
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	48	51	49	48	-	-	-	196
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	178	178	178	178	-	-	-	712
Auxílio Financeiro Setor Cultural - Lei 14.017/2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	2	32
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	8	56	6	18	101	5	7	18	11	44	274
Total	-	-	8	72	13	282	356	235	256	81	11	46	1.360

Nota: em 2020 acrescenta-se o ingresso de **R\$ 29.659.471,14** (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplado na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes, www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União ao Estado - 2021

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	23	-	38	8	32	35	136

Nota: até junho acrescenta-se o ingresso de **R\$ 2.545.576,27** (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplado na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2020 (todos)

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	total
Complementação FPM - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020	-	-	-	10	9	44	31	2	19	28	-	-	141
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I	-	-	-	-	-	15	15	15	15	-	-	-	58
Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II	-	-	-	-	-	121	121	121	121	-	-	-	482
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	-	-	12	23	2	29	56	137	38	6	12	23	338
Total	-	-	12	33	11	208	222	274	192	34	12	23	1.020

Fonte: www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2021 (todos)

Receita	jan	fev	mar	abr	maio	jun	total
Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19	2	-	15	7	29	0	53

Nota: total de junho de R\$ 214.851,76.

Fonte: https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_FAF/Portal_FAF.html